

<https://doi.org/10.31533/pubvet.v19n05e1777>

Esporotricose em gatos domésticos com acesso à rua: avaliação dos riscos e protocolos de manejo

Ana Carolina Dias de Jesus Queiroz¹, André Duarte Mergulhão¹, Hellen Barros de Oliveira Rodrigues¹, Gabryella Silveira de Sousa¹, Mariana Aquino dos Santos^{1*}, Maria Gabriela Xavier de Oliveira²

¹Discente do Centro Universitário das Américas, departamento de Medicina Veterinária, São Paulo, São Paulo, Brasil.

²Msc Dra. Docente do Curso de Medicina Veterinária no Centro Universitário das Américas, Campus Mooca, São Paulo, São Paulo, Brasil.

*Autor para correspondência: marinaaquino@gmail.com

Resumo. A esporotricose é uma micose subcutânea causada por fungos do complexo *Sporothrix schenckii*, de caráter zoonótico e distribuição mundial. A transmissão ocorre principalmente pelo contato com gatos infectados, através de arranhões ou mordidas. Os sintomas incluem lesões de pele que evoluem para feridas abertas e o diagnóstico é feito por exames complementares como cultura fúngica e citológica, para diagnóstico diferencial de dermatoses. O tratamento enfrenta desafios por seu alto custo e duração prolongada, tendo como principal fármaco utilizado o itraconazol, além de outras opções para casos mais graves. Este trabalho teve como objetivo avaliar os riscos associados à esporotricose em gatos domésticos com livre acesso à rua, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados como SciELO e CAPES, com publicações entre 2004 e 2024. Os resultados evidenciam que o acesso irrestrito à rua representa um fator de risco relevante para a infecção, devido à maior probabilidade de contato com o ambiente contaminado e outros animais infectados. A resistência de alguns tutores em aderir ao tratamento e ao isolamento adequado dos animais compromete as ações de controle. Conclui-se, assim, que a educação da população, a atuação conjunta de tutores, médicos veterinários e órgãos públicos e a adoção de medidas profiláticas são essenciais para a prevenção e o manejo eficaz da esporotricose felina.

Palavras-chave: Felinos, infecção, transmissão, tratamento, zoonose

Feline sporotrichosis in street-access cats: Preventive risk assessment and control protocols

Abstract. Sporotrichosis is a subcutaneous mycosis caused by fungi of the *Sporothrix schenckii* complex, with zoonotic potential and wide geographic distribution. Transmission occurs mainly through contact with infected animals-especially cats-via scratches or bites. Symptoms include skin lesions that evolve into open wounds, and diagnosis is confirmed through complementary tests such as fungal culture and cytology distinguishing it from other skin diseases. Treatment presents challenges due to its high cost and prolonged duration, with itraconazole being the main drug used, in addition to other options for more severe cases. This study aimed to evaluate the risks associated with sporotrichosis in domestic cats with free access to the street. A literature review was conducted using databases such as SciELO and CAPES, covering publications from 2004 to 2024. The results highlight that unrestricted outdoor access is a significant risk factor for infection due to increased likelihood of contact with contaminated environments and infected animals. Resistance from some owners to adhere to proper treatment and isolation protocols compromises control efforts. Thus, it is concluded that public education, coordinated action

among pet owners, veterinarians, and public authorities, as well as the adoption of prophylactic measures, are essential for the prevention and effective management of feline sporotrichosis.

Keywords: Felines, infection, transmission, treatment, zoonosis

Introdução

A esporotricose é uma infecção fúngica causada pelos fungos *Sporothrix schenckii* e *Sporothrix brasiliensis*, sendo o último mais adaptado ao parasitismo em mamíferos (Assis et al., 2022; Cavalcanti et al., 2018; Fontes et al., 2016; Larsson, 2011; Rosa et al., 2017; Tóffoli et al., 2022). Os agentes etiológicos são encontrados no solo, em plantas e em matéria orgânica em decomposição. A infecção ocorre principalmente pela penetração do fungo por meio de feridas ou cortes na pele, sendo os gatos os principais disseminadores da doença, por meio de arranhaduras ou mordeduras (Barros et al., 2010; Bison et al., 2020; Cavalcanti et al., 2018; Santos et al., 2022; Tóffoli et al., 2022).

As manifestações clínicas incluem lesões cutâneas que iniciam como nódulos e evoluem para úlceras, podendo haver disseminação para ossos e pulmões em casos mais graves (Barros et al., 2010; Cavalcanti et al., 2018; Fontes et al., 2016; Rosa et al., 2017). O diagnóstico envolve cultura fúngica, citologia, histopatologia, sorologia, testes intradérmicos e inoculação experimental (Barros et al., 2010; Franklin et al., 2021; Santos et al., 2022). O diagnóstico diferencial em felinos inclui doenças como criptococose, leishmaniose, micobacteriose atípica, nocardiose, histoplasmose e candidíase (Macêdo-Sales et al., 2018; Oliveira et al., 2021; Schubach et al., 2004, 2006).

O tratamento apresenta desafios como custo elevado, longa duração e dificuldade de administração, o que resulta em baixos índices de cura e alta taxa de recidiva (Neves & Santos, 2022; Santos et al., 2018; Santos et al., 2022; Tóffoli et al., 2022). As opções incluem antifúngicos como cetoconazol, itraconazol, fluconazol, posaconazol, iodetos, terbinafina, anfotericina B, além de intervenções cirúrgicas e terapias físicas (Bedrikow & Novais-Mencalha, 2022; Rocha & Oliveira, 2024; Rosa et al., 2017). Apesar das falhas relatadas, o itraconazol permanece como fármaco de primeira escolha (Rosa et al., 2017), com dose recomendada de 10 mg/kg/dia preferencialmente com alimentos (Pires, 2017), por até um mês após a remissão clínica (Bison et al., 2020).

Fatores como acesso à rua, ausência de castração, vacinação e vermifugação estão associados à disseminação da doença, principalmente entre machos não castrados (Almeida et al., 2018; Assis et al., 2022; Pereira et al., 2009). A prevalência em áreas economicamente desfavorecidas reforça o impacto social da esporotricose (Pereira et al., 2009; Santos et al., 2022; Silva et al., 2012).

Este estudo objetiva revisar a literatura sobre esporotricose em gatos domésticos com acesso à rua, com foco em fatores de risco, transmissão e protocolos de manejo.

Dados de transmissão e infecção

A esporotricose é registrada em diversos países das Américas Central e do Sul, bem como na África do Sul, Japão, Austrália e China (Cavalcanti et al., 2018; Falcão et al., 2019; Gonçalves et al., 2019). No entanto, o Brasil se destaca como o país com o maior número de casos de esporotricose felina no mundo (Arnold et al., 2021; Duarte & Carvalho, 2021; Falcão et al., 2019; Macêdo-Sales et al., 2018). A doença ocorre principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com alta incidência nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, há cerca de 23 anos, e também tem sido registrada no Nordeste, especialmente em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e no Ceará, há aproximadamente sete anos (Arnold et al., 2021; Bison et al., 2020; Duarte & Carvalho, 2021; Falcão et al., 2019; Macêdo-Sales et al., 2018).

Entre os anos de 2011 e 2021, o índice de felinos diagnosticados com a doença aumentou expressivamente, passando de 71 para 1.024 casos, segundo um levantamento do Laboratório de Zoonoses e Doenças Transmitidas por Vetores (Labzoo), da Secretaria Municipal da Saúde (Prefeitura de São Paulo, 2022).

Protocolos de manejo ambiental

O controle da esporotricose exige medidas integradas, envolvendo tanto o tratamento dos animais infectados quanto ações de manejo ambiental, que se torna essencial para impedir a disseminação do agente infeccioso em locais com alta densidade populacional felina, como abrigos, colônias e bairros urbanos ([Anjos et al., 2021](#)). Entre os principais protocolos de manejo ambiental destacam-se:

Higienização adequada de ambientes: A limpeza de superfícies e utensílios que entram em contato com animais infectados deve ser realizada com desinfetantes eficazes contra fungos, como hipoclorito de sódio a 1% ou quaternário de amônio ([Barros, 2018](#)).

Educação ambiental e conscientização comunitária: Campanhas educativas sobre a esporotricose, suas formas de transmissão e a importância da notificação de casos são fundamentais. A população precisa ser orientada a evitar o abandono de animais doentes e procurar atendimento veterinário precoce ([Santos et al., 2018](#); [Santos et al., 2022](#); [Tóffoli et al., 2022](#)).

Gestão adequada de resíduos biológicos: Todo material descartado de animais infectados (curativos, pelos, secreções, entre outros) deve ser tratado como resíduo biológico e descartado de forma segura, de acordo com a legislação local e diretrizes sanitárias aplicáveis a serviços veterinários, para evitar a contaminação do ambiente e de outros animais ([ANVISA, 2019](#)).

Monitoramento e vigilância ambiental: A identificação de áreas com surtos e a implementação de medidas de controle rápido auxiliam na contenção da doença. O mapeamento epidemiológico e o acompanhamento de casos em humanos e animais facilitam a atuação de órgãos de saúde ([Gonçalves et al., 2019](#)).

Isolamento de gatos infectados

O animal acometido por esporotricose deve ser mantido em isolamento até a completa recuperação clínica ([Barros et al., 2010](#); [Pereira et al., 2009](#)). Esse isolamento deve ser feito em um ambiente reservado exclusivamente para o gato doente, evitando contato com outros animais e pessoas, mas permitindo que ele receba os cuidados necessários de forma segura, sem representar riscos à saúde dos tutores e demais animais do domicílio ([Assis et al., 2022](#); [Fontes et al., 2016](#); [Rosa et al., 2017](#); [Santos et al., 2022](#)).

É fundamental manter a higiene rigorosa no local, além de adotar e seguir todas as medidas preventivas indicadas para o controle da doença. O acompanhamento dos casos por profissionais da saúde até sua resolução é fundamental para o controle da doença e para a prevenção de sua transmissão zoonótica ([CRMV-MG, 2016](#); [CRMV-SP, 2019](#)).

Controle do acesso de gatos domésticos a áreas de risco

Nos últimos anos, houve um aumento significativo de casos de felinos domésticos, principalmente aqueles com acesso irrestrito à rua, infectados com esporotricose ([Silva et al., 2020](#)). Esses animais estão mais expostos aos fatores de risco da doença, como contato com o solo contaminado, brigas territoriais que resultam em arranhaduras ou mordeduras e interações com outros animais infectados ([CRMV-MG, 2016](#); [CRMV-SP, 2019](#)). Nesse contexto, a restrição do acesso dos gatos domésticos ao ambiente externo é uma medida preventiva essencial pois reduz significativamente sua exposição a fontes de infecção ([Santos et al., 2018](#)).

Programas de controle populacional de gatos de rua

Programas de controle populacional são essenciais para conter a disseminação da esporotricose e têm sido implementados em diversas regiões do Brasil. A estratégia central desses programas é a esterilização em massa para reduzir a reprodução desenfreada e, conseqüentemente, diminuir a interação entre felinos infectados e saudáveis ([Assis et al., 2022](#); [Fontes et al., 2016](#); [Rosa et al., 2017](#); [Santos et al., 2022](#); [Silva et al., 2012](#)).

Além de castração, também são fundamentais as campanhas de conscientização pública. Certas iniciativas, como a campanha “Obri-gato”, incentivam a manutenção de gatos exclusivamente dentro de

casa. Elas buscam minimizar a exposição de felinos a ambientes contaminados, assim como possíveis encontros e confrontos com outros animais infectados, reduzindo o risco de transmissão da esporotricose (Suzán & Ceballos, 2005; Wallace & Levy, 2006). O município de São Paulo se destaca na eficácia dessas abordagens quando integradas. Entre 2011 e 2013, ações como educação comunitária, tratamento domiciliar supervisionado, busca ativa de casos e esterilização em massa trouxeram como resultado uma diminuição significativa da incidência de esporotricose em felinos e humanos na região (Arnold et al., 2021; Silva et al., 2015).

Responsabilidades dos tutores e veterinários na prevenção da esporotricose

Os tutores devem manter seus gatos em ambientes seguros e, preferencialmente, telados. É importante preservar a higiene do ambiente, usar luvas ao manusear terra, plantas e matéria orgânica, buscar atendimento veterinário em caso de suspeita da doença. Deve-se seguir rigorosamente as orientações recebidas, evitar o abandono ou a eutanásia de animais tratáveis, isolar o animal doente, evitar contato direto com feridas, usar luvas ao manusear o animal e lavar bem as mãos após o contato (Arnold et al., 2021; Cavalcanti et al., 2018).

Cabe ao médico veterinário adotar medidas de proteção ao atender animais infectados, evitar a contaminação cruzada no ambiente clínico, realizar exames clínicos e laboratoriais para confirmar o diagnóstico, orientar os tutores sobre formas de transmissão, cuidados necessários e tratamento adequado. Além disso, sua participação em campanhas de conscientização e prevenção é indispensável. A colaboração conjunta de tutores e veterinários é essencial para prevenir e controlar a esporotricose, contribuindo para a proteção dos animais e da saúde pública (Assis et al., 2022; Pereira et al., 2009; Schirato et al., 2012; Silva et al., 2012).

Considerações finais

A esporotricose representa um grande desafio para a saúde pública e veterinária, principalmente em áreas urbanas onde felinos domésticos possuem livre acesso às ruas. O estudo demonstrou que esse fator favorece significativamente a disseminação da doença, entre os animais e para seres humanos, caracterizando um problema zoonótico notável. A partir da análise dos dados, aspectos clínico e epidemiológico, e revisão dos métodos de diagnóstico e tratamento, fica evidente que a vigilância e o manejo adequado dos gatos infectados são indispensáveis para conter a propagação da infecção. Além disso, são fundamentais para o enfrentamento de doenças a implementação de protocolos padronizados, o controle populacional e a educação da população sobre os riscos da esporotricose. Conclui-se, portanto, que é de suma importância a atuação conjunta entre tutores, profissionais da saúde e órgãos públicos para a aplicação de estratégias eficazes de prevenção e controle dessa zoonose.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. J., Reis, N. F., Lourenço, C. S., Costa, N. Q., Bernardino, M. L. A., & Vieira-da-Motta, O. (2018). Esporotricose em felinos domésticos (*Felis catus domesticus*) em Campos dos Goytacazes, RJ. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, 38(7), 1438–1443. <https://doi.org/10.1590/1678-5150-PVB-5559>.
- Anjos, A. R. S., Alves, C. T. O., Souza Neto, V. A., Santos, W. R. A., Santos, D. M., & Leite, M. J. H. (2021). A importância do médico veterinário na saúde pública. *Research, Society and Development*, 10(8), e18210817254–e18210817254.
- ANVISA. (2019). *Farmacopeia Brasileira* (ANVISA2019, Ed.; 7th ed., Vol. 1). Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Fundação Oswaldo Cruz.
- Arnold, R., Martins, M. Y., Chiyo, N., Freitas, J. S., Zaghi, T., Shiroma, C. C., Cobra, G., & Santos, E. W. (2021). Conhecimento quanto à infecção por esporotricose em humanos entre tutores de gatos no município de São Paulo, Brasil. *PUBVET*, 15(10), 1–5. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v15n10a939.1-5>.
- Assis, G. S., Romani, A. F., Souza, C. M., Ventura, G. F., Rodrigues, G. A., & Stella, A. E. (2022). Esporotricose felina e saúde pública. *Veterinária e Zootecnia*, 29, 1–10. <https://doi.org/10.35172/rvz.2022.v29.594>.

- Barros, M. B. L. (2018). Medidas de controle ambiental na prevenção da esporotricose felina. *Ars Veterinária*.
- Barros, M. B. L., Schubach, T. P., Coll, J. O., Gremião, I. D., Wanke, B., & Schubach, A. (2010). Esporotricose: a evolução e os desafios de uma epidemia. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 27(6), 455–460.
- Bedrikow, S. L., & Novais-Mencalha, R. (2022). Esporotricose felina responsiva ao tratamento com itraconazol em São Paulo: Relato de caso. *PUBVET*, 16(11), 1–9. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n11a1260.1-9>.
- Bison, I., Parentoni, R. N., & Brasil, A. W. L. (2020). Metanálise de esporotricose felina: um destaque para sua ocorrência no Brasil. *Ars Veterinária*, 36(4), 301–315. <https://doi.org/10.15361/2175-0106.2020v36n4p301-315>.
- Cavalcanti, E. A. N. L. D., Ignácio, T. C., Kunrath, S. E., Meinerz, A. R. M., Farias, R. O. de, & Osório, L. G. (2018). Esporotricose: Revisão. *PUBVET*, 12(11), 1–5. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v12n11a215.1-5>.
- CRMV-MG. (2016). *Introdução à medicina veterinária do coletivo: Aspectos do manejo populacional de cães e gatos* (Vol. 1, Issue 1). Conselho Regional de Medicina e Veterinária.
- CRMV-SP. (2019). *Terapias inovadoras surgem como complemento aos tratamentos convencionais e ganham espaço na Medicina Veterinária* (p. Informativo 73). Conselho Regional de Medicina e Veterinária.
- Duarte, T. L., & Carvalho, G. D. (2021). Esporotricose no contexto da saúde única. *Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia*. <https://doi.org/10.29327/143026.2-116>.
- Falcão, E. M. M., Lima Filho, J. B., Campos, D. P., Valle, A. C. F., Bastos, F. I., Gutierrez-Galhardo, M. C., & Freitas, D. F. S. (2019). Hospitalizações e óbitos relacionados à esporotricose no Brasil (1992-2015). *Cadernos de Saúde Pública*, 35(4), 1–7.
- Fontes, S. D., Silva, A. S. A., & Portilho, C. A. (2016). Esporotricose: Revisão de literatura. *Anais SIMPAC*, 6(1).
- Franklin, K. B. L., Barros, T. M., Bezerra, T. A., Soares, B. C. M., Luz, A. M. F., & Moreira, E. A. C. (2021). Esporotricose zoonótica e sua relação com o ambiente rural e urbano: Revisão. *PUBVET*, 16(5), 1–5. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n05a1107.1-5>.
- Gonçalves, J. C., Gremião, I. D. F., Kölling, G., Duval, A. E. A., & Ribeiro, P. M. T. (2019). Esporotricose, o gato e a comunidade. *Encicloédia Biosfera*, 16(29), 769–787. https://doi.org/10.18677/EnciBio_2019A62.
- Larsson, C. E. (2011). Esporotricose. *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, 48(3), 250–259.
- Macêdo-Sales, P. A., Souto, S. R. L. S., Destefani, C. A., Lucena, R. P., Rocha, E. M. S., & Baptista, A. R. S. (2018). Diagnóstico laboratorial da esporotricose felina em amostras coletadas no estado do Rio de Janeiro, Brasil: limitações da citopatologia por imprint. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 9(2), 13–19. <https://doi.org/10.5123/S2176-62232018000200002>.
- Neves, A. K. R., & Santos, E. M. S. (2022). Esporotricose em canino da raça Rottweiler: Relato de caso. *PUBVET*, 16(9), 1–6. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n09a1211.1-6>.
- Oliveira, N. A., Paula, M. M. A., Cardinot, C. B., Rocha, T. V. P., Lanna, L. L., & Franciscato, C. (2021). Diagnóstico citológico de esporotricose felina na região da Zona da Mata Mineira: Relato de caso. *PUBVET*, 15(6), 1–7. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v15n06a841.1-7>.
- Pereira, S. A., Schubach, T. M. P., Gremião, I. D. F., Silva, D. T., Figueiredo, F. B., Assis, N. V., & Passos, S. R. L. (2009). Aspectos terapêuticos da esporotricose felina. *Acta Scientiae Veterinariae*, 37(4), 311–321. <https://doi.org/10.22456/1679-9216.16781>.
- Pires, C. (2017). Revisão de literatura: esporotricose felina. *Revista de Educação Continuada Em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, 15(1), 16–23. <https://doi.org/10.36440/recmvz.v15i1.36758>.

- Prefeitura de São Paulo. (2022). Aumentam em 1.300% casos de doença transmitida por felinos e SMS pede conscientização da população. <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/aumentam-em-1-300-casos-de-doenca-transmitida-por-felinos-e-sms-pede-conscientizacao-da-populacao>
- Rocha, J. L. T., & Oliveira, M. G. X. (2024). Esporotricose felina: Sinais clínicos e prevenção em animais e humanos. *PUBVET*, 18(5), e1591. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v18n05e1591>.
- Rosa, C. S., Meinerz, A. R. M., Osório, L. G., Cleff, M. B., & Meireles, M. C. A. (2017). Terapêutica da esporotricose: Revisão. *Science and Animal Health*, 5(3), 212–228.
- Santos, A. F., Rocha, B. D., Bastos, C. V., Oliveira, C. S. F., Soares, D. F. M., Pais, G. C. T., Xaulim, G. M. D., Keller, K. M., Salvato, L. A., & Lecca, L. O. (2018). Guia prático para enfrentamento da esporotricose felina em Minas Gerais. *Revista Veterinária & Zootecnia em Minas*, 137(38), 16–27.
- Santos, A. N. A., Santos, A. N. A., Brito, D. J., Lima, D. B. P., Santos Silva, E., Santos, J. R. R., Souza Silva, A., Santos, M. M. S. S., Souza, P. H. O., & Silva, R. A. (2022). Esporotricose em felino: Revisão. *PUBVET*, 16(8), 1–4. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n08a1198.1-4>.
- Schirato, G. V., Silva, V. R., Menezes, R. C., Ribeiro, E. L., Peixoto, C. A., Neves, C. O., Melo-Júnior, M. R., & Porto, A. L. F. (2012). Caracterização histopatológica de tumores mamários espontâneos de gatas (*Felis catus*) atendidas no Hospital Veterinário da UFRPE (Recife, Pernambuco, Brasil). *Revista Brasileira de Ciência Veterinária*, 19(3), 203–205. <https://doi.org/10.4322/rbcv.2014.096>.
- Schubach, T. M. P., Schubach, A., Okamoto, T., Barros, M. B. L., Figueiredo, F. B., Cuzzi, T., Fialho-Monteiro, P. C., Reis, R. S., Perez, M. A., & Wanke, B. (2004). Evaluation of an epidemic of sporotrichosis in cats: 347 cases (1998–2001). *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 224(10), 1623–1629. <https://doi.org/10.2460/javma.2004.224.1623>.
- Schubach, T. M. P., Schubach, A., Okamoto, T., Barros, M. B. L., Figueiredo, F. B., Cuzzi, T., Pereira, S. A., Santos, I. B., Paes, R. A., & Leme, L. R. P. (2006). Canine sporotrichosis in Rio de Janeiro, Brazil: Clinical presentation, laboratory diagnosis and therapeutic response in 44 cases (1998–2003). *Medical Mycology*, 44(1), 87–92. <https://doi.org/10.1080/13693780500148186>.
- Silva, D. T., Menezes, R. C., Gremião, I. D. F., Schubach, T. M. P., Boechat, J. S., & Pereira, S. A. (2012). Esporotricose zoonótica: procedimentos de biossegurança. *Acta Scientiae Veterinariae*, 40(4), 1–10.
- Silva, E. A., Bernardi, F., Mendes, M. C. N. C., Paranhos, N. T., Schoendorfer, L. M. P., Garcia, N. O., Montenegro, H., Dias, M. A. G., Fantini, D. A., & Cardoso, V. A. (2015). Surto de esporotricose em gatos investigação e ações de controle, município de São Paulo/SP. *Bepa-Boletim Epidemiológico Paulista*, 12(133), 1–16.
- Silva, R. B., Parize, T. H. L., Silva, M. H., Feijó, F. S., Santos, J. N., Oliveira, R. E. C., & Notomi, M. K. (2020). Esporotricose no Brasil: uma doença comum a felinos e humanos-revisão de literatura Sporotricosis in Brazil: A common disease for felines and humans-literature review. *Brazilian Journal of Animal and Environmental Research Brazil*.
- Suzán, G., & Ceballos, G. (2005). The role of feral mammals on wildlife infectious disease prevalence in two nature reserves within Mexico City limits. *Journal of Zoo and Wildlife Medicine*, 36(3), 479–484. <https://doi.org/10.1638/04-078.1>.
- Tóffoli, E. L., Ferreira, F. M. S., Cisi, V. L., & Domingues, L. M. (2022). Esporotricose, um problema de saúde pública: Revisão. *PUBVET*, 16(12), 1–7. <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n12a1280.1-7>.
- Wallace, J. L., & Levy, J. K. (2006). Population characteristics of feral cats admitted to seven trap-neuter-return programs in the United States. *Journal of Feline Medicine and Surgery*, 8(4), 279–284. <https://doi.org/10.1016/j.jfms.2006.02.004>.

Histórico do artigo:**Recebido:** 10 de abril de 2025**Aprovado:** 29 de abril de 2025**Licenciamento:** Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4.0), a qual permite uso irrestrito, distribuição, reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam devidamente creditados.